

Em audiência pública conduzida por Paulo Paim (2º à dir.), debatedores lembraram papel das ouvidorias na consolidação da democracia



Genildo Magalhães/Agência Senado

Debate destaca importância das ouvidorias para o país 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.723 – Brasília, terça-feira, 28 de agosto de 2012



Emendas à MP do Código Florestal voltam a ser avaliadas

Trabalho foi iniciado em reunião realizada dia 8, quando a comissão especial aprovou emenda que exclui das áreas de proteção permanente os rios não perenes

A comissão mista que analisa a Medida Provisória do Código Florestal volta a se reunir hoje, às 14h, para exame de emendas ao relatório de Luiz Henrique. Na avaliação do senador Jorge Viana, que manteve contatos com a Frente

Parlamentar da Agropecuária, o clima é favorável à retomada do diálogo. Algumas das 28 emendas restantes são polêmicas e exigem amplo entendimento dos membros da comissão. Se não convertida em lei até 8 de outubro, a MP 571/12 perde a validade. **3**

Jonas Pereira/Agência Senado



Luiz Henrique (E) quer evitar desconfiguração do relatório que produziu e Jorge Viana acredita em clima favorável à retomada do diálogo entre ambientalistas, governo e ruralistas

Comissão de Meio Ambiente discute hoje a adoção do "PIB verde" 3

Projeto regula gestão de presídios em parceria com setor privado 8

Direito de greve dos servidores deve ser votado em setembro 6

Corretores de imóveis pedem isenção de IPI para carros 2

Marcello Casal Jr/ABR



Índios crescem em quantidade e disposição de luta por direitos

Censo divulgado este mês pelo IBGE revela aumento de 205% da população indígena brasileira nos últimos 20 anos. Semana passada, a cerimônia anual do Kuarup preparou documento a ser entregue à presidente Dilma Rousseff. **4 e 5**

Índios de várias etnias têm promovido manifestações em defesa da cultura indígena, como a realizada durante a conferência ambiental Rio+20

Categoria recebeu homenagem ontem em sessão especial no Senado pelos 50 anos da regulamentação da profissão e reivindica benefício por considerar o veículo ferramenta de trabalho



Gim Argello (E), ex-corretor, propôs e presidiu a sessão de homenagem aos profissionais da categoria

Lin de Paula/Agência Senado

Corretores de imóveis pedem carros sem IPI

EM SESSÃO ESPECIAL pelo Dia do Corretor de Imóveis, representantes da categoria não se limitaram à comemoração dos 50 anos da regulamentação da atividade. Foram apresentadas algumas reivindicações dos corretores aos parlamentares, em especial a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis adquiridos pelos profissionais.

Aplaudido por representantes de entidades nacionais e regionais da categoria, Joaquim Antônio de Mendonça Ribeiro, vice-presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci), apresentou

a proposta de isenção em seu discurso.

Gim Argello (PTB-DF), que propôs e presidiu a sessão especial, disse ter orgulho de ser corretor de imóveis e concordou que, nesse caso, os carros devem ser considerados ferramenta de trabalho. O senador afirmou esperar que os corretores convençam seus representantes no Congresso Nacional a apoiar a proposta.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) salientou a importância da moradia entre as aspirações dos brasileiros, destacando a necessidade de segurança na realização do sonho da casa própria:

— É fundamental que a intermediação seja feita por uma pessoa correta, que dê tranquilidade e segurança jurídica. A regulamentação é da maior importância para que o brasileiro possa realizar o seu sonho — assinalou o parlamentar.

Também se pronunciaram, entre outros, João Teodoro da Silva, presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (Cofeci); o ex-senador Adelmir Santana, presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal; e Luiz Carlos Attié, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) da 8ª Região.

Anibal comemora Plano Safra 2012-2013

Anibal Diniz (PT-AC) registrou o lançamento, na sexta-feira, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013 para o Acre. O Ministério do Desenvolvimento Agrário vai destinar R\$ 95 milhões ao estado. Para todo o país, serão liberados R\$ 18 bilhões.

Para o senador, o anúncio do ministro Pepe Vargas marca uma revolução na economia do Acre, principalmente aliado às ações do governo local de investimentos em mecanização agrícola. Anibal explicou que, do valor total,



Senador considera que R\$ 95 milhões para o Acre marcam uma revolução

R\$ 85 milhões serão destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Desses, R\$ 40 milhões serão usados em investimentos em máquinas e

equipamentos e R\$ 45 milhões, com sementes e adubo. O programa prevê R\$ 5 milhões em crédito para que as famílias financiem assistência técnica e extensão rural.

— No Acre, 85% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares. São 25.187 famílias vivendo da produção de arroz, feijão, macaxeira, milho, leite, da criação de pequenos animais e aves. E agora, com o complexo da suinocultura, muitos agricultores vão aderir à produção de porcos — enfatizou.

Artigo analisa lei sobre compra de terras

Em recente artigo publicado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, dois consultores da Casa e um professor da Universidade de Brasília argumentam que as restrições impostas pela legislação à aquisição de terras brasileiras por estrangeiros podem reduzir ou mesmo inviabilizar parte dos investimentos produtivos no setor agropecuário do país.

Os consultores Fábio

Augusto Santana Hage e Marcus Peixoto e o professor José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho — também pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) — traçam um histórico das normas legais sobre o tema e as diferentes interpretações jurídicas adotadas pelo governo.

Os pesquisadores mostram que a Lei 5.709/71, que restringe a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, foi

motivo de pareceres divergentes da Advocacia-Geral da União (AGU). A lei impede a compra ou o arrendamento de terras com mais de 50 módulos fiscais por estrangeiros.

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que varia de 5 hectares a 110 hectares, dependendo do município e do tipo da exploração do imóvel.

A íntegra do estudo pode ser lida em <http://bit.ly/TloZrf>.

Campanha de divulgação do Jovem Senador tem vídeos em stop motion

Seguem até o dia 31 as inscrições para o Projeto Jovem Senador — Concurso de Redação 2012. O tema da quinta edição do concurso é “Meu município, meu Brasil”.

São convidados a participar todos os alunos do 2º e do 3º ano do ensino médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, com idade de 16 a 19 anos. As informações sobre o projeto e as inscrições estão no site www.senado.gov.br/jovemseador.

Os 27 finalistas no concurso de redação — um por unidade da Federação — serão

automaticamente selecionados para participar do Projeto Jovem Senador e terão a oportunidade de simular, durante três dias, em Brasília, a atuação de senadores da República, inclusive sugerindo projetos de lei.

Para a campanha de divulgação deste ano, o Senado produziu dois vídeos com a técnica de *stop motion*. Mais de 1.800 fotos foram animadas quadro a quadro. Os vídeos, o registro do *making ofe* outras campanhas institucionais estão disponíveis em www.youtube.com/senadobr.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Auxílio a municípios em estado de emergência

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei de conversão (PLV 20/12) proveniente da Medida Provisória 565/12, que cria linhas de crédito especiais para os setores produtivos de municípios em situação de calamidade pública ou estado de emergência.

PRESIDÊNCIA: Associação dos Juizes Federais

11h José Sarney recebe o presidente da Associação dos Juizes Federais, Nino Toldo; às 11h30, o arcebispo emérito de Botucatu (SP), dom Antonio Mucciolo, e o presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho; às 14h30, dirige reunião da Mesa; e às 16h, preside a ordem do dia.

AMAZÔNIA: Fórum de Reitores debate pesquisa e pós-graduação

9h O Fórum de Reitores das Universidades da Amazônia debate, no auditório do Interlegis, as estratégias para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na região. O evento será presidido pelo senador João Capiberibe (PSB-AP). Entre os participantes, estão os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, e da Educação, Aloizio Mercadante.

CMA: “PIB verde”

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública sobre a substituição do produto interno bruto por novo índice de desenvolvimento sustentável, o PIB verde, que incorpora as variáveis econômicas, sociais e ambientais. Às 11h30, a comissão examina projeto que submete às agências reguladoras a auditoria anual de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial por parte do Tribunal de Contas da União.

CAE: Free shops em cidades de fronteira

10h Em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que libera em municípios brasileiros que fazem fronteira com outro país a abertura de *free shops*. Outro projeto disciplina o capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimento de Luiz Antônio Pagot

10h15 O ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Luiz Antônio Pagot e o empresário Adir Assad, apontado como agente usado pela Delta e outras empresas para lavar dinheiro, prestam depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito do Cachoeira.

CE: Benefícios a docentes de tempo integral

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que exige, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral. Também está na pauta proposta que obriga empresas com mais de cem empregados a fornecer bolsas de estudo para formação técnico-profissional, correspondentes a um salário mínimo, a dependentes legais de seus trabalhadores.

CÓDIGO FLORESTAL: Comissão mista analisa destaques

14h Reunião da comissão mista que analisa a medida provisória que alterou o novo Código Florestal para deliberar sobre requerimentos de destaques.

MESA DO SENADO: Patrocínios da Petrobras

14h30 A Mesa do Senado se reúne para examinar requerimentos de informação. Um deles se dirige ao ministro de Minas e Energia a respeito do orçamento da Petrobras para o patrocínio de atividades culturais em pleno ano de redução de lucros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Chegam ao Senado MPs com recursos para município atingido por seca ou enchente

Foi lida em Plenário a medida provisória que concede crédito extraordinário de R\$ 688,5 milhões para atender as populações de municípios do Nordeste atingidos pela seca e de outras regiões afetadas por enchentes e chuvas intensas. A MP 569/12 foi aprovada na Câmara na última quarta-feira e, no Senado, tranca a pauta de votações.

A maior parte dos recursos da MP 569/12, R\$ 400 milhões, caberá ao Ministério da Integração Nacional, para ações diretas de ajuda às vítimas, como aquisição de alimentos, agasalhos e abrigos emergenciais.

Outros R\$ 238,5 milhões vão para o Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome garantir o acesso a creches para 350 mil crianças de até 4 anos de idade em extrema pobreza.

Os R\$ 50 milhões restantes serão destinados ao Ministério da Defesa para custear ações de defesa civil.

Linhas de crédito

Também tranca a pauta do Plenário o PLV 20/12, decorrente da MP 565/12, que autoriza o Executivo a criar linhas de crédito especiais para os setores produtivos de municípios em situação de calamidade pública ou estado de emergência.

A previsão é de que as duas matérias sejam aprovadas nesta semana de esforço concentrado no Senado.

Recursos da MP 569/12

R\$ 400 milhões ao Ministério da Integração Nacional

R\$ 238,5 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

R\$ 50 milhões ao Ministério da Defesa

Digitalização de registros públicos em transação imobiliária

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa amanhã projeto que prevê a substituição de livros, fichas, microfiches e demais suportes de registros públicos por arquivos eletrônicos.

A proposta (PLC 23/10) exige que os documentos, quando apresentados ou expedidos eletronicamente, atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). O relator é Cyro Miranda (PSDB-GO).

A CCT deverá analisar também o PLC 123/11, que restringe o bloqueio de aparelhos celulares para o uso de *chips* de outras operadoras. A comissão vota ainda, em turno suplementar, o PLC 191/10, que reestrutura o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), destinado a proteger a população, o meio ambiente e as instalações nucleares.

Reitores da Amazônia e ministros debatem pesquisa universitária

Estratégias para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na Amazônia serão discutidas hoje, no Interlegis, durante o Fórum de Reitores das Universidades da Amazônia. O encontro será presidido pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) e tem como objetivo promover o desenvolvimento científico na região.

Uma das ações propostas é atrair e fixar mestres e doutores na Amazônia. Atualmente, são menos de 4 mil, de um total de mais de 70 mil no país.

— Vamos ouvir pró-reitores e reitores, sobre as dificuldades enfrentadas pelas universidades da Amazônia e definir estratégias de ação para supri-las — disse Capiberibe.

Participarão do debate os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, e da Educação, Aloizio Mercadante, além de representantes dos reitores, pró-reitores, pesquisadores e acadêmicos.

Emendas ao Código Florestal devem ser examinadas hoje

Comissão mista da MP retoma hoje os trabalhos, que foram suspensos devido a desentendimentos no dia 8, quando foi aprovada a exclusão de rios não perenes do conceito de área de preservação permanente

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória do Código Florestal volta a se reunir hoje para exame de emendas ao relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) à MP 571/12.

Os trabalhos da comissão foram suspensos no dia 8, quando foi aprovada emenda de parlamentares ruralistas que excluiu rios não perenes do conceito de área de preservação permanente (APP). A medida desagradou ao governo e a parlamentares que defendem regras de proteção ambiental, levando o relator a propor a suspensão dos trabalhos para nova tentativa de entendimento.

Na avaliação de Jorge Viana (PT-AC), o clima hoje é favorável à retomada do diálogo. O senador manteve contatos com o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Homero Pereira (PSD-MT), e acredita que será possível rever a regra que desprotege rios temporários (que secam durante parte do ano e, segundo o relatório, podem desaparecer caso as margens não sejam preservadas) e evitar mudanças que possam desfigurar o texto de Luiz Henrique.

Luiz Henrique insiste no



Luiz Henrique quer consenso para prosseguir votações de seu relatório



Jorge Viana acredita que o clima hoje é favorável à retomada do diálogo

consenso para prosseguir a votação. Muitas das 28 emendas restantes são polêmicas e exigem amplo entendimento dos membros da comissão.

Pontos polêmicos

Os ruralistas defendem, por exemplo, a construção de reservatórios em APPs, para irrigação e aquicultura; a exclusão de várzeas do conceito de áreas úmidas; e a edição de decreto específico para tratar das multas cobradas de proprietários rurais que descumpriram a legislação ambiental.

Também estão em discussão emendas que tratam de

regras sobre o cômputo das APPs no percentual mínimo obrigatório de reserva em área de Cerrado da Amazônia Legal e da recomposição mínima de mata nas nascentes e nos olhos d'água.

A reunião está marcada para as 14h. Das 37 emendas apresentadas ao relatório, aprovado pela maioria dia 12 de julho, 5 foram votadas e 4 retiradas na última reunião.

Em 8 de outubro a MP 571/12 perde a validade. Se isso acontecer, o texto do Código Florestal prevalecerá como foi aprovado em 25 de maio pela presidente Dilma Rousseff, com vetos.

Especialistas vão discutir adoção de "PIB verde"

A adoção de um novo índice para medir o desenvolvimento dos países, que incorpore variáveis sociais e ambientais, além da econômica — a única levada em conta no produto interno bruto (PIB) —, será discutida com especialistas em audiência pública hoje, na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) (CMA), por proposta de Jorge Viana (PT-AC).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera expectativa de vida, educação e renda, foi

adotado na década de 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como medida de progresso nacional. Este ano, durante a Rio+20, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) apresentou, como evolução do IDH, as bases conceituais para um futuro índice de desenvolvimento humano sustentável, que incentive a proteção dos recursos naturais e a atenção às futuras gerações.

Segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, o novo índice, apelidado

de PIB verde, levaria em conta questões como a valorização monetária do capital natural — diferentemente do atual PIB, que apenas representa a soma de bens e serviços finais produzidos por um país.

Para discutir o assunto, a CMA convidou o presidente da Escola de Governo de São Paulo, Maurício Jorge Piragino; e os professores Ladislau Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Menelick de Carvalho Netto, da Universidade de Brasília (UnB).

Rollemberg vê conquistas sociais no país "Preço de combustíveis é manipulado"

Apesar de lamentar a posição do Brasil como quarta nação mais desigual da América Latina e Caribe, segundo pesquisa da ONU-Habitat, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que o país tem melhorado os indicadores sociais e se esforçado para reverter a situação. O senador elogiou particularmente as políticas públicas do governo Lula.

— Conseguimos reduzir a pobreza no

Brasil e aliar, ao longo do governo Lula, algo que parecia impossível: crescimento econômico, estabilidade financeira e controle da inflação com redução da pobreza e desigualdade e ampliação do emprego formal — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rollemberg também elogiou programa da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) que capacita mulheres para trabalhar na construção civil.

“O governo federal vem usando a Petrobras para conter a inflação de maneira artificial ao manipular o preço dos combustíveis”, acusou José Agripino (DEM-RN). Segundo o senador, a Petrobras tem inúmeros sócios privados, mas o sócio majoritário é a União.

— O governo conduz a maior empresa do país de maneira ideológica e política — disse. Agripino disse ainda que projeções



Waldemir Barreto/Agência Senado

de técnicos do Banco Central e do IBGE mostram que o crescimento do PIB brasileiro não deve ter ultrapassado 0,7% no primeiro semestre de 2012.

O senador também comemorou o andamento do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que “tudo indica que, nos casos em análise, de empresários, de políticos, haverá condenação e punição”.

Censo se aprimora e detecta resistência dos índios: crescimento de 205% em 20 anos

Mudanças no questionário e na logística fazem levantamento do IBGE se aproximar melhor da realidade indígena no Brasil e até registrar etnias que já eram consideradas extintas. Estatística maior revela, principalmente, mais consciência e disposição de luta pelos direitos

Marcio Maturana

QUAL A COR da sua pele? Branca, preta, parda, amarela? Os brasileiros em geral — inclusive muitos índios — respondem uma dessas alternativas. É raro ocorrer — lhes apontar a cor da pele como “indígena”. Sobre raça ou etnia, consideram-se guarani, xavante ou ianomâmi, também em vez de “indígena”. Por isso, o censo divulgado este mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mudou o questionário e conseguiu aproximar-se melhor da realidade. Resultado: dos 294 mil índios detectados em 1991, primeira vez que foram incluídos na pesquisa, passou-se para 897 mil em 2010 (0,4% da população do Brasil). Crescimento de 205% em 20 anos, cinco vezes mais que o da população geral do país.

O censo detectou 79 mil índios que não tinham optado por essa classificação, apesar de viverem em terras indígenas. Para esse grupo, perguntou-se também se eles se consideravam índios. Verificou-se até reconstrução de comunidades que supostamente não existiam mais, como os tamoiós.

Marcos Sabará, da etnia tingui-botó, em Alagoas, aponta ainda outros fatores para o crescimento estatístico. Ele é coordenador da Articulação dos Povos e Organi-

zações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

— O censo foi aonde não ia. Nas cidades, encontraram mais índios porque tem crescido a migração de quem busca melhores condições de educação e saúde. Na zona rural, muitas comunidades passaram a se assumir como indígenas para lutar melhor contra a invasão de empreendimentos como rodovias e barragens. Há até gente que se diz indígena e conseguiu aproximar-se melhor alguma vantagem — disse Sabará.

Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), os números demonstram acertos da política governamental. O antropólogo Artur Nobre Mendes, coordenador-geral de Gestão Estratégica da Funai, cita como exemplo a preservação das línguas indígenas nas terras demarcadas.

— A grande maioria dos índios que mantêm sua língua vive dentro de terras indígenas. Dos que vivem fora, só 12% falam a língua. Dos que vivem dentro, 57% falam — observou Mendes.

Segundo o IBGE, 57,7% dos índios vivem em 505 terras indígenas reconhecidas pelo governo. Essas áreas equivalem a 12,5% do território nacional, sendo a maior parte na região Norte. Como mais



Índios fazem ritual da luta dos guerreiros durante o Kuarup em homenagem a Darcy Ribeiro, no Alto Xingu (MT), quando a cerimônia religiosa incluiu reivindicações políticas

da metade dos índios (63,8%) vivem em área rural, a situação é o inverso da de 2000, quando 52% estavam em área urbana.

No Brasil todo, são 305 etnias, que falam 274 línguas. Para obter os resultados, o IBGE fez parceria com órgãos como Funai e Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que leva o Sistema Único de Saúde a 400 mil índios de 210 povos.

— Esses órgãos colaboraram nas discussões técnicas para elaboração dos instrumentos de coleta e na compatibilização das malhas territoriais — explicou a responsável pelas estatísticas sobre indígenas no IBGE, Nilza de Oliveira Martins Pereira.

Estimativas sobre a população indígena no Brasil em 1500, quando chegaram os portugueses,

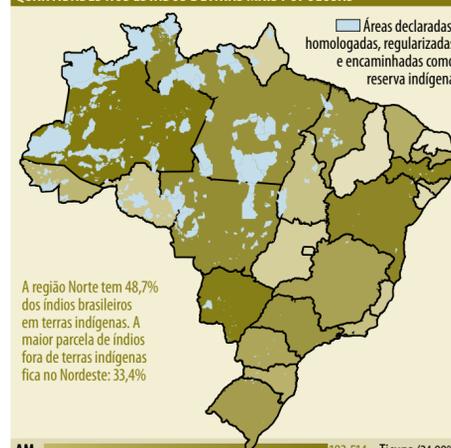
variavam de 2 milhões a 5 milhões. Acreditou-se que o desaparecimento era inevitável quando chegaram a apenas 70 mil nos anos 1950, com extinção de 85% das línguas indígenas. Mas nos anos 1970 a situação começou a ser revertida como resultado de iniciativas históricas como a fundação da Secretaria de Proteção aos Índios, em 1910 (pelo mare-

chal Cândido Rondon, bisneto de índios), substituída pela Funai em 1967, e a criação do Parque Indígena do Xingu, em 1961 (idealização dos irmãos Villas Bôas e coordenação do antropólogo Darcy Ribeiro). Nos anos 1980, estabeleceu-se que a população indígena estaria salva da extinção se chegasse a 1 milhão de pessoas, próximo do número atual.

Números revelados pelo IBGE

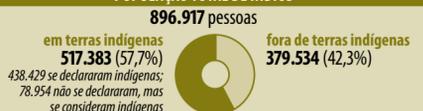
Diferentemente das edições de 1991 e 2000, o Censo de 2010 — cujo recorte indígena foi divulgado este mês — informa sobre terras indígenas, etnias e línguas faladas pelos indígenas residentes no Brasil. Povos isolados, pelas limitações da própria política de contato com objetivo de preservá-los, não foram entrevistados e não estão contabilizados

QUANTIDADES NOS ESTADOS E ETNIAS MAIS POPULOSAS



| Estado | População | Etnia | Porcentagem |
|--------|-----------|---------------|-------------|
| AM | 183.514 | Ticuna | 24,99% |
| MS | 77.025 | Guarani-caiua | 48,88% |
| PE | 60.995 | Xucuru | 19,85% |
| BA | 60.120 | Patuxá | 19,86% |
| RR | 55.922 | Macuxi | 51,16% |
| MT | 51.696 | Xavante | 34,67% |
| PA | 51.217 | Caiapó | 15,93% |
| SP | 41.981 | Guarani-mbia | 6,66% |
| MA | 38.831 | Tenetejara | 60,86% |
| RS | 34.001 | Caingangue | 58,07% |
| MG | 31.677 | Xacriabá | 28,68% |
| PR | 26.559 | Caingangue | 40,03% |
| PB | 25.043 | Potiguara | 69,89% |
| CE | 20.697 | Pitaguari | 16,40% |
| SC | 18.213 | Caingangue | 36,96% |
| AC | 17.578 | Caxinaua | 42,38% |
| AL | 16.291 | Uaçú | 12,41% |
| RJ | 15.894 | Guarani | 4,15% |
| TO | 14.118 | Xerente | 21,12% |
| RO | 13.076 | Pacaa-nova | 23,56% |
| ES | 9.585 | Tupiniquim | 34,48% |
| GO | 8.583 | Carajá | 7,27% |
| AP | 7.411 | Caripuna | 30,55% |
| DF | 6.128 | Guarani-caiua | 2,99% |
| SE | 5.221 | Xocó | 9,62% |
| PI | 4.944 | Cariri | 6,35% |
| RN | 4.597 | Potiguara | 19,21% |

POPULAÇÃO TOTAL DE ÍNDIOS



MAIORES ETNIAS

| | |
|---------------|--------|
| Ticuna | 46.045 |
| Guarani-caiua | 43.401 |
| Caingangue | 37.470 |
| Macuxi | 28.912 |
| Terena | 28.845 |
| Tenetejara | 24.428 |
| Ianomâmi | 21.982 |
| Potiguara | 20.554 |
| Xavante | 19.259 |
| Patuxá | 13.588 |
| Sateré-maué | 13.310 |
| Mundurucu | 13.103 |
| Mura | 12.479 |
| Xucuru | 12.471 |
| Baré | 11.990 |

LÍNGUAS MAIS FALADAS

| | |
|------------------------|--------|
| Ticuna | 34.069 |
| Guarani-caiua | 26.528 |
| Caingangue | 22.027 |
| Xavante | 13.290 |
| Ianomâmi | 12.706 |
| Guajajara | 9.502 |
| Maué | 8.934 |
| Terena | 8.204 |
| Lingua geral amazônica | 7.237 |
| Tucano | 7.082 |
| Caiapó | 6.204 |
| Macuxi | 5.774 |
| Guarani-nhandeva | 5.394 |
| Guarani-mbia | 5.354 |
| Mundurucu | 4.701 |

IDIOMAS FALADOS



COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE



MUDANÇA NO QUESTIONÁRIO



Discussões políticas recebem ênfase na cerimônia do Kuarup

Nos dias 18 e 19 deste mês, a cerimônia do Kuarup, no Parque Nacional do Xingu, ganhou um caráter mais político. Os índios estamparam faixas contra a construção da Usina de Belo Monte e outras ações consideradas lesivas a 16 povos indígenas. O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que em 2007 foi batizado como Krowajó pela tribo craó no Tocantins, recebeu um documento dirigido

à presidente Dilma Rousseff, lido por ele no Plenário. — Preocupam-se com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Congresso a responsabilidade pela demarcação de terras, e com a Portaria 303/12 da Advocacia-Geral da União (AGU), que permite grandes obras nas terras indígenas sem consulta a eles — disse Rollemberg. Na opinião do senador, a

Portaria 303/12 contraria a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e a PEC 215/00 é um retrocesso porque dificulta novas demarcações de terras. Sabará reforça as críticas: — A portaria da AGU caça direitos previstos na Constituição. E a PEC 215/00 interessa ao agronegócio, pois no Congresso existe a bancada ruralista, enquanto nós temos dois ou três simpatizantes — alertou o tingui-botó.

Paulo Paim (PT-RS), como presidente da Comissão de Direitos Humanos, também tem debatido essas questões. — O crescimento não é fruto apenas das políticas de governo, muito poucas, mas mostra principalmente a resistência dos índios. Muitos deles morrem ainda crianças, devido à falta de atendimento à saúde. Há também suicídios entre os

jovens, devido à falta de perspectivas. É preciso avançar — afirmou o senador. Para Paim, o Congresso tem deixado a desejar. O senador acredita que o Código Florestal, como foi aprovado, não interessa a índios nem a ninguém, por não garantir proteção ao meio ambiente. O novo Estatuto dos Povos Indígenas, segundo o parlamentar, não avança por pressão dos latifundiários.

O estatuto em vigor foi elaborado em 1973, visando à “integração do índio à comunhão nacional”. Esse foi o raciocínio desde 1500, com catequização, colonização e até escravização. A lei ficou desatualizada com a Constituição de 1988, que estabelece respeito aos índios como povos distintos. O novo estatuto (Projeto de Lei 2.057/91) tramita há mais de 20 anos, sem previsão de conclusão.

Fontes da cultura brasileira correm risco de extinção

A herança indígena forma a cultura nacional com hábitos como banho diário, uso da rede de descanso, instrumentos musicais, artesanato, técnicas de cerâmica e métodos de pesca e plantio, além de alimentos como mandioca, milho, guaraná, palmito e tapioca. Na saúde, vem dos índios o emprego de vegetais e animais como fonte de cura natural, prática que se tornou alvo de pesquisadores estrangeiros e de contrabando biológico. No folclore, os índios deram ao Brasil seres fantásticos como o curupira, o saci-pererê, o boitatá e a iara. Mas a mais nítida influência está no vocabulário. Palavras indígenas como canoa, jacaré, carioaca, pipoca, jaguar, caxumba, abacaxi, caipira e pereba são apenas algumas das muitas incorporadas à língua portuguesa.

A contribuição se comprova também nos nomes de lugares, como Goiás, Sergipe, Paraná, Paraíba, Cuiabá, Ipanema e Iguaçú. E há ainda os nomes próprios: Iracema, Jandira, Cauá, Tainá. Mas o antropólogo Mendes avisa que muitas dessas fontes culturais linguísticas

estão em situação de risco. — Pelo último censo, 23% das línguas indígenas (63 de 274) têm menos de dez falantes. Ou seja: são virtualmente extintas. Se o último falante morre, morre com ele uma construção de centenas ou até milhares de anos — disse.

As principais línguas tupi-guaranis foram sistematizadas já no início da colonização. O padre José de Anchieta, além de mais de 30 composições em tupinambá, escreveu *A Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, publicada em 1595, dois anos depois de sua morte.

Hoje, o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, registra e documenta línguas ameaçadas de extinção. Na opinião de Mendes, o programa terá de ser ampliado e fortalecido a partir do censo. O problema é que algumas línguas listadas como distintas, na verdade, são dialetos tão próximos quanto o português de Salvador e o de São Paulo.

No século 17, o tupi deu origem à língua geral paulista, que chegou a ser falada por quase toda a população que integrava o sistema colonial brasileiro. Apesar da sua proibição em favor do uso obrigatório da língua portuguesa, em 1757, a chamada brasílica só começou a dar lugar à língua portuguesa no início do século 19. A língua geral amazônica, atualmente conhecida como nheengatu, ainda hoje é falada na região da bacia do rio Negro.



No Kuarup, Rollemberg recebe dos índios reivindicações para entregar a Dilma



Na Comissão de Direitos Humanos, Paim debate questões indígenas



Em cerimônia no Senado, índio se manifesta com chocalho, uma das heranças indígenas para a cultura nacional

Saiba mais

Censo 2010 — características gerais dos indígenas (IBGE):
<http://bit.ly/caracteristicasIndigenas>

Mapa interativo da população indígena:
<http://bit.ly/terrasIndigenas>

Quadro geral dos povos indígenas do Brasil (etnias, famílias linguísticas, informações demográficas):
<http://bit.ly/quadroGeral>

População indígena em quadradinhos (IBGE):
<http://bit.ly/quadrinhosIndios>

Manifesto dos povos do Xingu à presidente Dilma Rousseff:
<http://bit.ly/manifestoXingu>

Estatuto dos Povos Indígenas (Lei 6.001/73):
<http://bit.ly/lei6001>

Funai:
www.funai.gov.br

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Direito de greve no setor público deve ser votado em setembro

Estimativa é de Eunício Oliveira, presidente da CCJ, onde projeto de Aloysio Nunes Ferreira sobre o tema deve ser examinado em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário. Análise está prevista para os dias 11 e 12

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar a regulamentação do direito de greve no serviço público no próximo esforço concentrado do Congresso Nacional, marcado para os dias 11 e 12 de setembro. A informação é do presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que programou o agendamento a pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O senador por São Paulo é autor de projeto de lei (PLS 710/11) que define direitos e deveres para grevistas do setor público. Enquanto o Congresso não cumpre a atribuição de regulamentar a matéria — exigência estabelecida pela Constituição —, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o enquadramento das greves na Lei 7.783/89, que disciplina as paralisações no setor privado.

“A Constituição de 1988 garante o direito de greve aos servidores, como a todo trabalhador. Mas este direito tem que ser exercido com regras, deve constar em uma lei, para que não se traduza em abuso”, disse Aloysio em



“Não é o caso de proibir o direito de greve, mas de buscar um equilíbrio”, diz Eunício Oliveira

entrevista, semana passada, ao canal Globo News.

O presidente da CCJ tem opinião semelhante:

— Não é o caso de proibir o direito de greve ao servidor, mas de buscar um equilíbrio entre um lado [grevistas] e outro [governo] — comentou Eunício, que vê essa qualidade na proposta de Aloysio.



Entre outros pontos, projeto de Aloysio limita remuneração dos grevistas a 30% dos salários

O PLS 710/11 será votado em decisão terminativa pela CCJ — não precisa passar pelo Plenário. Entre outras exigências, determina a manutenção de, no mínimo, 50% dos funcionários trabalhando durante a greve. O percentual sobe para até 80% em setores considerados essenciais. Também limita a remuneração dos grevistas a até 30% do que receberiam trabalhando.

Requião critica PT por programa de concessões à iniciativa privada

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que o PT reeditou um dos cânones da “desmoralizada cartilha neoliberal”, com o lançamento do programa de concessões em infraestrutura.

O senador lembrou que, por seis vezes, apoiou e trabalhou pelo candidato do PT à Presidência da República e que já governou o Paraná em aliança com o partido.

— Nesta Casa, sou da base do governo Dilma. Isso não me impede, não me inibe ou me descredencia a deplorar, não apenas as desculpas piedosas ou a falta de originalidade nas explicações e as tentativas de trapacear a verdade. Não apenas isso, mas sobretudo o fato em si, isto é, as privatizações. E elas são o que são: privatizações, sem rebuço, sem disfarce, cruamente, verdadeiramente privatizações. E eu sou contra — disse.

Casildo elogia governo e pede projetos ferroviários para Santa Catarina

Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou ontem, em pronunciamento, o plano de concessão de rodovias e ferrovias anunciado pela presidente Dilma Rousseff em 15 de agosto.

Ele disse que os investimentos em logística poderão levar o país ao caminho do crescimento em bases sólidas.

O senador pediu a inclusão de Santa Catarina nos projetos de construção de ferrovias. Para ele, o polo agroindustrial do Oeste Catarinense pode se beneficiar por uma ligação com áreas produtoras de grãos no Centro-Oeste, enquanto outra ferrovia pode levar os produtos aos portos de Santa Catarina “para alimentar o mundo”.

— Essas duas ferrovias são vitais, não apenas para o incremento da produção, mas para a verdadeira sobrevivência do setor, que emprega milhares de brasileiros e é a peça-chave de nossa economia.

Paim cobra relator para suas propostas sobre tema

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) cobrou do presidente da CCJ, Eunício Oliveira, a indicação de relator para dois projetos de sua autoria que visam regulamentar o direito de greve nos setores público e privado.

Os PLSs 83/07 e 84/07 definem os serviços ou atividades essenciais para os efeitos do direito de greve previsto na Constituição. Como a ementa do PLS 84/07 é similar à do PLS 710/11, de Aloysio Nunes Ferreira — texto que está na CCJ, com Pedro Taques (PDT-MT), para emitir relatório—,

Paim considera que as duas propostas podem ser submetidas juntas ao exame da relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Ana Amélia (PP-RS).

— Meu projeto garante serviço de urgência, escala de serviço, atividades policiais, segurança pública, tráfego aéreo e asseguramos plantões para emergência. Esse é o eixo do nosso projeto — afirmou.

O parlamentar assinalou também que pretende apresentar ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 uma emenda para assegurar

reajustes reais para os aposentados e os pensionistas.

Emenda anterior do senador, apresentada à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2013, foi vetada na semana passada pela presidente Dilma Rousseff por não se coadunar com o objetivo da matéria, de acordo com a justificativa do veto presidencial.

— Aposentados e pensionistas não podem fazer greve — disse Paim.

Dessa forma, afirmou, resta a “pressão legítima” dessas pessoas sobre deputados e senadores.

Comissão realiza audiência sobre educação e federalismo

A Comissão de Educação (CE) promove quinta-feira, às 10h, o segundo debate do Ciclo de Audiências Públicas Educação e Federalismo. A comissão receberá quatro palestrantes para falar sobre o tema “Educação básica: responsabilidade do governo federal?”. Foram convidados representantes da sociedade, de governos estaduais, dos trabalhadores do setor e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O ciclo foi proposto por Cristovam Buarque (PDT-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Marta apresenta relatório da Subcomissão do FGTS

Marta Suplicy (PT-SP) apresentará quinta-feira relatório preliminar da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relatório será apresentado às 11h30, durante audiência pública. A subcomissão foi criada em março para examinar questões relativas às contas e à sustentabilidade do FGTS. O grupo estudou alternativas para melhorar o rendimento do fundo e fez um levantamento dos projetos sobre o tema em tramitação no Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Sebastião Coelho (TRE-DF), Ana Gonçalves (Secretaria de Políticas para as Mulheres), senador Paim, Regina Fontes (Ouvidoria do Senado) e Edson Vismona (ABO)

Ouvidoria foi decisiva para Lei Maria da Penha, afirma debatedora

Em audiência pública sobre papel das ouvidorias, representante do governo lembrou exemplo da lei sobre a violência contra a mulher

A ELABORAÇÃO DA Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) foi apontada como um dos resultados mais visíveis da contribuição das ouvidorias para a efetivação de políticas públicas durante audiência

ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo relatou a ouvidora da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ana Paula Gonçalves, os depoimentos e demandas de mulheres ao órgão, por meio da ouvidoria, foram fundamentais no processo da criação da lei.

— Quando começamos em 2003, as grandes reivindicações das mulheres eram

a existência de serviços de proteção às mulheres e a existência de uma legislação de proteção. Muitos dos artigos que constam hoje na lei estão graças a essas mulheres e a esses depoimentos — disse Ana Paula, que classificou o trabalho das ouvidorias como um termômetro da sociedade.

A elaboração da Lei Maria da Penha começou em 2004, por meio de um consórcio

de organizações feministas, da sociedade civil, operadores do Direito, servidores da Segurança Pública e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Um anteprojeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados naquele ano. No Senado, chegou em 2006 e tramitou em quatro meses. O texto foi aperfeiçoado por meio de amplo debate realizado no país e aprovado nas duas Casas do Congresso.

Ouvidores destacam importância para a democracia

O papel das ouvidorias para a consolidação da democracia foi destacado na audiência. O presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), Edson Vismona, ressaltou que elas “estimulam a participação das pessoas e permitem a solução democrática de conflitos entre o Estado e os cidadãos ou entre empresas e cidadãos”.

Para Vismona, a ouvidoria é um canal de comunicação privilegiado para a discussão de “conflitos que se dão no dia a dia, que podem envolver desde problemas na conta de luz até a defesa de direitos humanos”. As ouvidorias, disse, “podem cuidar do detalhe, e por isso têm uma inserção na sociedade que o Ministério Público, por exemplo, talvez não tenha”.

Ao lembrar que a atuação das ouvidorias passou a ter mais incentivos após o fim da ditadura militar, Vismona explicou que, com o processo de redemocratização do país, verificou-se a necessidade de se criarem mais “canais institucionais de abertura para a sociedade”.

— Nosso desafio permanente é transformar enunciados de princípios, como os que estão na Constituição, em exercício prático e cotidiano. E é nesse contexto que aparece a força das ouvidorias — reiterou.

Central da Mulher abrange Portugal, Espanha e Itália

Outra resposta da Secretaria de Políticas para as Mulheres às demandas recebidas por meio da Ouvidoria foi a expansão da cobertura da Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 para o exterior. Desde novembro de 2011, o serviço que orienta as mulheres brasileiras em situação de violência sobre seus direitos abrange também Espanha, Itália e Portugal.

Segundo Ana Paula, a criação de um canal para recebimento de demandas no exterior é resultado do aumento das denúncias de violência contra as mulheres brasileiras que vivem em outros países. Nos últimos dois anos, a Ouvidoria da Mulher

registrou 20 processos instaurados por mulheres nessas condições.

Ela explicou que se repetem casos em que a mulher brasileira deixa o companheiro e o país onde residia com seus filhos ou filhas, em busca de proteção no Brasil, após ser vítima de violência doméstica. Ao chegar aqui, entretanto, acrescentou, ela é acusada de “sequestro internacional”.

— Nas estatísticas, eles [os casos] somem, mas o processo todo demanda contato com a mulher, resgate de provas no exterior, enfim, são vários procedimentos que fazemos que muitas vezes não se refletem nos dados —

Apoio no exterior

O serviço Ligue 180 para atendimento a mulheres em situação de violência no exterior conta com a parceria do Ministério da Justiça e suporte de consulados

-  No **Brasil**, o Ligue 180 funciona 24 horas por dia, de segunda a domingo, inclusive feriados. A ligação é gratuita
-  Em **Portugal**, as brasileiras podem ligar para 800 800 550, teclar a opção 1 e informar o número (61) 3799-0180
-  Na **Espanha**, ligar para 900 990 055, teclar a opção 1 e informar à atendente (em português) o número (61) 3799-0180
-  Na **Itália**, ligar para o 800 172 211, teclar a opção 1 e, depois, informar o número (61) 3799-0180

informou a ouvidora.

Ana Paula relatou que, desde o início das atividades da ouvidoria, em 2003, até o final de 2011, o canal de comunicação atendeu 5.012 casos. No ano passado, foram

registradas 1.311 demandas. Entre os relatos mais comuns de 2011, denúncias de cárcere privado (40%), discriminação de gênero (8%), violência doméstica (7%) e tráfico de mulheres (5%).

Denúncias

Outro assunto relacionado aos direitos humanos foi abordado por Renato Ferreira, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Presidência da República. Ele informou que, por meio das denúncias que a ouvidoria desse órgão recebe, pode-se constatar que “há um racismo institucional no aparelho judicial brasileiro” — que se revela na falta de disposição das autoridades para levar a julgamento ou a conhecimento práticas de discriminação racial.

— Por causa disso, a vítima do racismo muitas vezes não vê a autoridade como um aliado. Daí a importância da ouvidoria da Secretaria da Igualdade Racial.

Proposta cria fundo para mulheres vítimas de violência

Os programas de apoio às vítimas de violência doméstica podem passar a contar com recursos do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (Fnama), cuja criação está prevista em projeto do senador Jayme Campos (DEM-MT).

A proposta (PLS 109/12) já foi aprovada na Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa e espera relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo texto, o Fnama concederá ajuda financeira às vítimas de violência doméstica no valor mínimo de R\$ 622, por 12 meses. O fundo, a ser administrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres,

também deverá financiar treinamento profissional para as vítimas.

Os recursos viriam de 10% do recolhimento anual de multas penais; de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas; de contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; e de aplicações no mercado financeiro. As

doações poderão ser deduzidas do Imposto de Renda.

O autor diz que o fundo traz alternativa para mulheres que, em razão da dependência financeira, encontram-se aprisionadas a uma estrutura familiar “violenta e falida”. O temor da fome e da miséria, segundo ele, provocaria uma acomodação a agressões.



Jayme: alternativa para mulheres que não têm independência financeira

Projeto de Vicentinho Alves prevê trabalho obrigatório para os detentos, que receberiam pelo menos três quartos do salário mínimo. Concessionárias seriam remuneradas pela gestão das unidades

Texto cria presídios em parcerias público-privadas

O PAÍS DEVE contar com modelo alternativo de estabelecimento prisional sob regime de parceria público-privada (PPP) em que todos terão de trabalhar em atividades exploradas pelo concessionário ou empresa subcontratada. É o que prevê projeto de Vicentinho Alves (PR-TO) incluído na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que se reúne amanhã.

Pelo texto (PLS 513/11), os presos que não consentirem em trabalhar

serão transferidos para estabelecimentos operados diretamente pela administração pública. Os que aceitarem vão receber pagamento, que corresponderá, ao menos, a três quartos do salário mínimo, para uma jornada de 44 horas semanais. O valor será depositado em conta judicial, garantida a correção monetária.

“O objetivo da execução de qualquer pena é a ressocialização. E é precisamente isso o que o nosso atual sistema público de execução penal não tem logrado cumprir”, argumenta o senador, reiterando



No Espírito Santo, presos produzem material esportivo para o Ministério do Esporte

que o trabalho contribui para promover a reinserção dos condenados.

A obrigatoriedade do trabalho do preso é uma das diretrizes da proposta que tem por finalidade traçar regras gerais para PPPs, tanto na construção como na administração de estabelecimentos prisionais. Alguns estados já executam modelos de parcerias na gestão de presídios, mas Vicentinho considera indispensável que, em aspectos essenciais, a legislação defina normas uniformes para todo o país.

Para o senador, no entanto, o projeto de sua autoria não

trata da “privatização” do sistema prisional. Ele diz que o mais adequado é falar em “terceirização ou cogestão” dos estabelecimentos.

Afora eventuais ganhos de parte dos lucros decorrentes do trabalho dos presos, a concessão atribui remuneração fixa ao concessionário pela gestão ou, se for o caso, também pela construção do presídio.

O pagamento deve ser feito com base na disponibilidade de vagas do estabelecimento, no número de presos custodiados e na prestação de serviços requeridos pelo contrato.

Lídice lamenta índice de crimes contra homossexuais na Bahia



Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou ontem o alto índice de crimes contra homossexuais em seu estado. A senadora citou dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), segundo os quais o estado é recordista em assassinatos de homossexuais no país desde 2006. Em 2011, foram 28 homicídios contra 25 em Pernambuco e 24 em São Paulo.

A parlamentar lembrou o assassinato das jovens Laís Fernanda Pereira e Maira Dias de Jesus, ocorrido na última sexta-feira em Camaçari (BA).

— O crime que elas cometeram: moravam juntas — disse, defendendo o enquadramento desse tipo de violência no Código Penal.

Tomás Correia destaca feira agropecuária em Rondônia

Tomás Correia (PMDB-RO) anunciou a realização de uma exposição agropecuária em Jaru (RO), organizada pela cooperativa rural da cidade. O evento começa hoje e segue até 2 de setembro. No último domingo, houve uma cavalgada com a participação de mais de 2 mil cavaleiros.

O parlamentar lembrou que Jaru, principal produtor de leite do estado, abriga duas grandes fábricas de laticínios, um frigorífico com capacidade de abate de até 2 mil bois por dia e uma fábrica de leite em pó.

— Em Jaru também temos grande produção de cereais, cacau, café, milho, arroz. É uma área altamente produtiva — disse.



Collor acusa Roberto Gurgel de cometer vários crimes

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a dirigir críticas ao desempenho de Roberto Gurgel no cargo de procurador-geral da República. O senador acusou o chefe do Ministério Público da União de prevaricação, improbidade administrativa, crime de responsabilidade e chantagem.

Segundo Collor, Gurgel prevaricou por ter demorado mais de dois anos para adotar qualquer medida em relação à Operação Vegas, da Polícia Federal, anterior à Operação Monte Carlo e também voltada às ações de Carlinhos Cachoeira. Para o senador, a falta de ação de Gurgel favoreceu a organização criminosa comandada por Cachoeira, que continuou em ação, e influenciou o resultado das eleições gerais de 2010 em Goiás, nas quais Marconi Perillo (PSDB) foi reeleito governador.



O senador afirmou ser imperiosa a convocação de Gurgel para depor à CPI e disse ter protocolado seis representações contra o procurador-geral e a subprocuradora-geral

Cláudia Marques, esposa de Gurgel.

Collor disse que, depois de receber o inquérito da Vegas, a obrigação de Gurgel era ou arquivar o processo ou pedir novas diligências ou apresentar denúncia à Justiça. Entretanto, disse o senador, o procurador não tomou nenhuma dessas atitudes em tempo hábil. Collor acusou Gurgel de ter chegado a chantagear o então senador Demóstenes Torres. Ele também afirmou que, na CPI, dois procuradores deixaram claro haver indícios do envolvimento de jornalistas da revista *Veja* com Cachoeira. Ele defendeu a criação de duas novas CPIs: a CPI do Gurgel e a CPI da *Veja*.

Alvaro afirma que eleitores estão atentos ao mensalão

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ter percebido, em conversas com eleitores na campanha do candidato de seu partido, Otavio Leite, para a Prefeitura do Rio de Janeiro, que a preocupação maior daqueles com quem conversou é com o julgamento do mensalão, em curso no Supremo Tribunal Federal.

O senador disse que os eleitores rejeitaram a entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal *The New York Times*, na qual ele novamente nega a existência do mensalão.

Para Alvaro Dias, Lula não poderia ter deixado de participar desse esquema, uma vez que estava “no epicentro deste projeto”. O parlamentar defendeu ainda a reforma política como forma de evitar desigualdades financeiras nas campanhas e organizar o sistema eleitoral.



Ana Amélia pede consciência na hora do voto

Ana Amélia (PP-RS) pediu ontem aos cidadãos que elegerão prefeitos e vereadores em outubro que estudem as propostas para votar com consciência, sem se abster e deixar que outros decidam o seu futuro. Assim, observou, pode-se escolher gestores comprometidos com o desenvolvimento e a honestidade.

— Quando se abre mão dos votos, deixamos de fazer escolhas e terceirizamos escolhas do nosso próprio futuro.

A senadora mencionou matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* mostrando que em 14 das 30 cidades que registraram maior redução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2011 houve enriquecimento dos prefeitos. Em alguns casos, a variação na receita ou na renda dos prefeitos chegou a mais de 1.200%.



CCJ debate novas regras para concursos públicos

O estabelecimento de regras mais rigorosas para a realização de concursos públicos na União, estados, Distrito Federal e municípios, proposto pelo PLS 74/10, será debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quinta-feira.

Foram convidados o juiz William Douglas, além de representantes da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros, do Ponto

dos Concursos, da Escola de Administração Fazendária (Esaf) e do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe), vinculado à Universidade de Brasília (UnB). O projeto, do ex-senador Marconi Perillo (PSDB-GO), proíbe a realização de concurso exclusivo para formação de cadastro de reserva e obriga a administração a empossar todos os aprovados dentro do número de vagas oferecidas no prazo de validade.

Senado vai discutir preços de passagens aéreas

O Senado realiza na quinta-feira audiência pública conjunta sobre rotas aéreas e preços de passagens nas regiões Norte e Nordeste.

Foram convidados para o debate o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany.

Também foram convidados os presidentes das empresas TAM, GOL, Trip, MAP e Passaredo, além de representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas. A audiência é promovida pelas comissões de Meio Ambiente e de Serviços de Infraestrutura, a partir de requerimento de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC).